

País cobra dívida de US\$ 10 bilhões

Países da América Latina e da África são devedores do Brasil desde os anos 70

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O governo brasileiro decidiu assumir a posição dos seus credores e, com o mesmo rigor, vai cobrar créditos de cerca de US\$ 10 bilhões que lhe são devidos por países da América Latina e do continente africano. A estratégia é a de reescalonar os débitos, sem aceitar a redução do estoque da dívida, a partir de uma agenda de negociação, que começa no dia 8 de abril, com a Bolívia, e se desdobrará até o final de junho, quando serão retomados os entendimentos para o pagamento das dívidas de Moçambique, República Dominicana e Guiné.

O montante da dívida de cada um dos países não é revelado pelo governo. "Temos de manter o comportamento de um banco, a dívida é uma questão de sigilo bancário", afirma o coordenador-geral de assuntos financeiros do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Osvaldo Moreira de Souza.

O coordenador admite, no entanto, que a lista de inadimplentes é longa e está concentrada na América Latina e nos países africanos. Essa dívida foi montada ao longo dos anos 70, quando o governo militar desencadeou uma ofensiva de conquista de novos mercados.

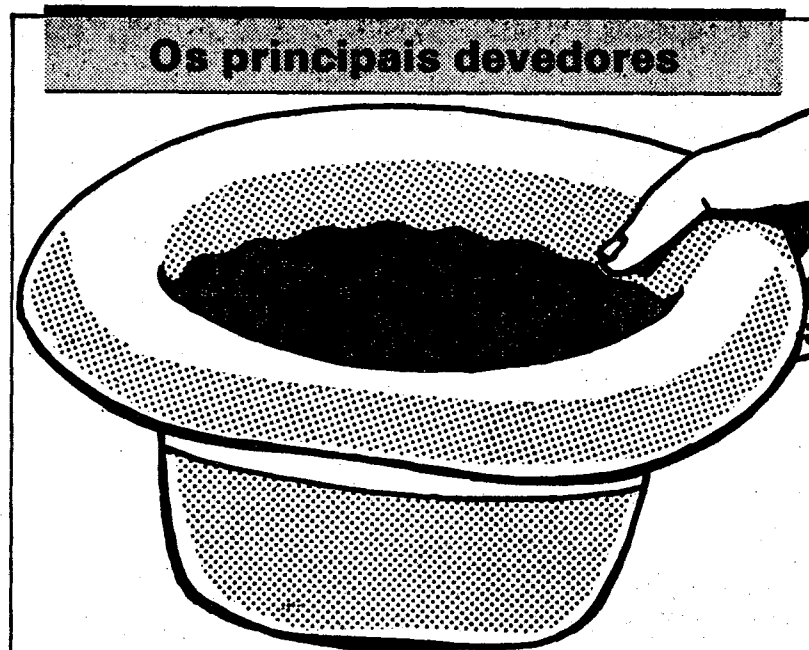
Acerto com a Polónia — No Leste Europeu, o único devedor do Brasil era a Polónia. Os poloneses recentemente acertaram o pagamento de dívida de US\$ 1,9 bilhão, sem considerar os juros devidos ao longo da última década, o que jogaria o débito para a casa dos US\$ 4 bilhões.

O acerto com o governo polonês garantirá o ingresso de um volume entre US\$ 50 milhões e US\$ 70 milhões este ano. As negociações ocorreram no âmbito do Clube de Paris, fórum de discussão das dívidas entre os países.

O Brasil, ao contrário de outros países, não concordou em oferecer um desconto de 50% na dívida principal da Polónia. Mas aceitou reduzir os juros durante o prazo de reescalonamento de 20 anos.

Na prática, a alternativa brasileira também implica redução da dívida à metade.

Os principais devedores



Bolívia	Zâmbia
Uruguai	Moçambique
Peru	República Dominicana
Equador	Guiné
Costa Rica	Polónia
Guiana	Egito
Suriname	Nigéria
Nicarágua	

Trata-se de um artifício contábil, segundo os técnicos, para garantir ao País o pagamento do principal devido, caso o governo polonês não cumpra as exigências de seus credores: manter um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e conquistar uma redução da dívida na mesma proporção nas negociações com os bancos privados internacionais.

"Na eventualidade de a Polónia não cumprir os termos do acordo, os países que aceitaram a redução do principal ficarão sem condições de receber esses créditos", avalia Osvaldo de Souza.

Estratégia — A estratégia de cobrança dos créditos brasileiros, a partir do próximo mês, dividiu os devedores em dois blocos. No primeiro bloco estão os países latino-americanos e os africanos de língua portuguesa. Eles terão seus débitos negociados de forma bilateral. Já os demais devedores — Egito, Nigéria, Zâmbia entre outros

— serão chamados a negociar no âmbito do Clube de Paris, que reúne as dívidas entre os países.

A lista dos países devedores da América Latina inclui Uruguai, Bolívia, Peru, Equador, Costa Rica, República Dominicana, Guiana, Suriname e Nicarágua. Todos os países africanos de língua portuguesa devem ao Brasil.

Engenharia financeira — O Paraguai era, até 1989, detentor de uma dívida de US\$ 500 milhões com o Brasil. Mas no final do governo Sarney, o ex-ministro Mailson da Nóbrega recorreu a um instrumento de "engenharia financeira", conhecido como "swap", por meio do qual houve troca de papéis. O Paraguai pagou seu débito, comprando títulos da dívida brasileira no mercado secundário e se apropriando do deságio dos papéis.

Com a posse do presidente Fernando Collor, em março de 1990, as operações foram

suspensas e somente no ano passado os técnicos retomaram os estudos para buscar novas alternativas, como por exemplo aceitar que os países devedores ofereçam os "zero cupons bonds" (títulos em garantia do pagamento de dívida).

Na negociação com a Nicarágua, por exemplo, ficou acertado com a presidenta Violeta Chamorro, na semana passada, que o pagamento da dívida nicaraguense, superior a US\$ 85 milhões, poderá contemplar a oferta de bônus. Mas desde que sejam garantidos por outros governos.

O Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior (Comax) estuda também a alternativa do pagamento da dívida com produtos. Ou seja, fazer operações de conversão que, no entanto, ainda não estão regulamentadas.

"Se um determinado país oferecer produtos como pagamento e se esse produto for petróleo, por exemplo, por que não aceitar?", indaga Osvaldo de Souza, que é uma das ponta-de-lança dessa investida do governo contra seus devedores.

A estratégia não se restringe à cobrança da dívida de US\$ 10 bilhões. Os técnicos do governo, desde o ano passado, estão concentrados na formulação de uma política de crédito externo que contemple estudos de seletividade na concessão de empréstimos e de análises de risco dos países. "A nova posição pressupõe uma análise mais criteriosa dos projetos a serem financiados com recursos brasileiros", pondera Osvaldo de Souza.

Agenda — A agenda das negociações tem início no dia 8 de abril, com a discussão da dívida da Bolívia. Nos dias 22, 23 e 24 será a vez do Suriname definir como pagará o Brasil, e entre os dias 27 e 29, o governo do Zâmbia estará detalhando as alternativas para sua dívida.

Em maio, a presidenta da Nicarágua, Violeta Chamorro, envia ao Brasil uma missão negociadora da dívida superior a US\$ 85 milhões. Em junho, as negociações envolverão Moçambique, Guiné e República Dominicana.